

## GOVERNANÇA TERRITORIAL EM ÁREAS DE FRONTEIRA POLÍTICAS DE SAÚDE AMBIENTAL EM SANTANA DO LIVRAMENTO/ BRASIL E RIVERA/URUGUAI

**SILVA, Maurício Pinto da Silva<sup>1</sup>; ETGES, Virginia Elisabeta<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC – Doutorando do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional - mauriciomercosul@gmail.com

<sup>2</sup>Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC – Professora/orientadora do programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional - etges@unisc.br

As políticas sociais adotadas no Brasil nas últimas décadas não têm priorizado a relação entre saúde e ambiente. Esse modelo de desenvolvimento perpetua em muitos casos processos produtivos inadequados, provocando danos evitáveis à saúde humana e ao meio ambiente. Atualmente, no Brasil, coexistem relações e processos de trabalho extremamente precários, com processos produtivos de alta complexidade tecnológica, acrescidos de tecnologias nucleares, químicas e biológicas, por exemplo. A saúde humana e o ambiente são condições necessárias ao desenvolvimento, cujos modos de apropriação e gestão estão profundamente relacionados aos processos civilizatórios passados e presentes. Nesse contexto, os desafios que devem ser enfrentados permeiam toda a organização social, desde a produção, a distribuição e o consumo de bens e serviços até as formas de estruturação do Estado e suas políticas relacionadas à saúde ambiental. A incorporação de temas como a degradação ambiental, desastres naturais, acidentes com produtos perigosos e seus efeitos à saúde da população no trato da saúde pública, apontam para a necessidade de novos modelos de gestão e governança do tema em discussão. De maneira particular, a problemática da governança territorial nas áreas de fronteira, por exemplo, em uma perspectiva histórica, destaca-se em razão dos países, em sua maioria, aplicarem regulações específicas para suas áreas de fronteira, geralmente qualificadas como “zonas” ou “faixas de segurança”, inibindo assim, projetos de caráter regional. O campo da saúde ambiental, em discussão, compreende a área da saúde pública, afeita ao conhecimento científico e à formulação de políticas públicas e às correspondentes intervenções (ações) relacionadas à interação entre a saúde humana e os fatores do meio ambiente natural. Nesse sentido, o problema frente ao tema em discussão, envolve a articulação dos atores públicos e privados diante da governança territorial na área de fronteira entre Santana do Livramento no Brasil e Rivera, Uruguai.

Palavras-chave: governança, fronteira e saúde ambiental.